

ENSINO MÉDIO: um desafio educacional novo para a sociedade brasileira.

Guiomar Namó de Mello
Diretora Executiva da Fundação Victor Civita
Membro do Conselho Nacional de Educação

Dentre as mais importantes revoluções que estão ocorrendo na sociedade brasileira hoje está o crescimento da procura do ensino médio. Pela primeira vez na história brasileira os filhos das camadas majoritárias da população conseguem chegar em número significativo à etapa final da escolaridade básica.

Até este momento o ensino médio, excludente e elitizado, foi reservado às elites que a educação superior, o que o tornou refém dos exames vestibulares. Essa situação está mudando e mudará mais intensamente nos próximos anos.

A demanda por ascender a patamares mais avançados do sistema de ensino é visível na sociedade brasileira. Essa ampliação de aspirações decorre não apenas da urbanização e modernização conseqüentes do crescimento econômico, mas também de uma crescente valorização da educação como estratégia de melhoria de vida e empregabilidade. Dessa forma, aquilo que no plano legal foi durante décadas estabelecido como obrigação, passa a integrar, no plano político, o conjunto de direitos da cidadania.

O aumento ainda lento, porém contínuo, dos que conseguem concluir a escola obrigatória, associado à tendência para diminuir a idade dos concluintes, vai permitir a um número crescente de jovens ambicionar uma carreira educacional mais longa. Por outro lado, a demanda por ensino médio vai também partir de segmentos já inseridos no mercado de trabalho que aspiram a melhoria salarial e social e precisam dominar habilidades que permitam assimilar e utilizar produtivamente recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação.

No primeiro caso, são jovens que aspiram a melhores padrões de vida e de emprego. No segundo são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens e jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade.

As estatísticas recentes confirmam essa tendência. Desde meados dos anos 80 foi no ensino médio que se observou o maior crescimento de matrículas no país.

De 1985 a 1994, esse crescimento foi em média de mais de 100%, enquanto no ensino fundamental foi de 30%.

A hipótese de que a expansão quantitativa vem ocorrendo pela incorporação de grupos sociais até então excluídos da continuidade de estudos após o fundamental, fica reforçada quando se observa o padrão de crescimento da matrícula: concentrado nas redes públicas, e, nestas, predominantemente nos turnos noturnos, que representaram 68% do aumento total. No mesmo período (85 a 94) a matrícula privada, que na década anterior havia crescido 33%, apresentou um aumento de apenas 21%¹.

Se o aumento observado da matrícula já preocupa os sistemas de ensino, a situação é muito mais grave quando se considera a demanda potencial. O Brasil continua apresentando a insignificante taxa líquida de 25% de escolaridade da população de 15 a 17/18 anos no ensino médio. Outros tantos dessa faixa etária, embora no sistema educacional, ainda estão presos na armadilha da repetência e do atraso escolar do ensino fundamental².

Considerando que o egresso do ensino fundamental tem permanecido, em média, onze e não oito anos na escola, a correção do fluxo de alunos desse n bem sucedida, vai colocar às portas do ensino médio um grande número de jovens cuja expectativa de permanência no sistema já ultrapassa os oito anos de

A expectativa de crescimento do ensino médio é ainda reforçada pelo fenômeno chamado “onda de adolescentes”, identificado em recentes estudos demográficos: *De fato, enquanto a geração dos adolescentes de 1990 era numericamente superior à geração de adolescentes de 1980 em 1 milhão de pessoas, as gerações de adolescentes em 1995 e 2000 serão maiores do que as gerações de 1985 e 1990 em 2.3 e 2.8 milhões de pessoas, respectivamente. No ano 2005, este incremento cairá para o nível de 500 mil pessoas, caracterizando o fim desta onda de adolescentes*³.

Os números absolutos são enormes e dão uma idéia mais precisa do desafio educacional que o país enfrentará. Pela contagem da população realizada em 1996 (IBGE), em 1999 o Brasil terá 14.300.448 pessoas com idade entre 15 e 18 anos. Esse número cairá para a casa dos 13 milhões a partir de 2001, e para a casa dos 12 milhões a partir de 2007. No início da segunda década do próximo milênio (2012), depois do fenômeno da onda de adolescentes, o país ainda terá 12.079.520 jovens

¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), *Plano Nacional de Educação - Proposta do Executivo ao Congresso Nacional*, Brasília, MEC/INEP, 1998.

² Idem, *ibidem*.

³ A.M. Bercovich, F.R. Madeira e H.G. Torres, *Mapeando a situação do adolescente no Brasil*, versão preliminar, São Paulo, Fundação SEADE, 1997, p. ____ .

Contam-se portanto em números de oito dígitos os cidadãos e cidadãs brasileiros a quem será preciso oferecer alternativas de educação e preparação profissional para facilitar suas escolhas de trabalho, de normas de convivência, de formas de participação na sociedade. E quanto mais melhorar o desempenho do ensino fundamental, mais esse desafio se concentrará no ensino médio.

Como mostra o citado estudo da Fundação SEADE, em 1992, cerca de 64% dos adolescentes já estavam fora da escola; em 1995, apenas três anos depois, este decrescido para algo em torno de 42%. Como conseqüência da maior permanência no sistema escolar, cresce de forma expressiva a proporção de adolescentes que avançam além dos quatro primeiros anos. O mesmo se dá, de alguma maneira, em relação à conclusão do primeiro grau e do segundo grau.

Finalmente, a onda de adolescentes acontece num momento de escassas oportunidades de trabalho e crescente competitividade pelos postos existentes. Na verdade, os dois fenômenos somados – escassez de emprego e aumento geracional de jovens – respondem pela expressiva diminuição, na população de adolescentes, da porcentagem dos que já fazem parte da população economicamente ativa. Este é um indicador a mais de que **essa população vai tentar permanecer mais tempo no sistema de ensino, na expectativa de receber o preparo necessário para conseguir um emprego.**

A capacidade do país para atender essa demanda é muito limitada. Menos de 50% de toda a população de 15 a 17 anos está matriculada na escola, e destes, ensino fundamental. Segundo os dados da UNESCO⁴, o Brasil tem uma das mais baixas taxas de matrícula bruta nessa faixa etária, comparada à de vários países da América Latina, para não dizer da Europa, América

No continente latino-americano, os países que têm uma taxa bruta de matrícula da população de 14 a 17 anos menor que a brasileira concentram-se na América Central: Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana, Honduras, Haiti, El Salvador e Guatemala. Entre os que, desde 95, ultrapassavam os 50% estão Peru, Colômbia, México e Equador. Dos parceiros do Mercosul apenas Paraguai e Bolívia têm situação pior: 37% e 40%, respectivamente. Argentina (76%), Chile (73%) e Uruguai (81%) estão melhores que os “tigres asiáticos” (72%) e caminham para alcançar a média dos países desenvolvidos (90%).

A falta de vagas no ensino médio público; a segmentação por qualidade, aguda no setor privado, mas presente também no público; o aumento da repetência e da evasão que estão acompanhando o crescimento da matrícula gratuita do ensino⁵ alertam para o fato de que a extensão desse ensino a um número maior e muito mais diversificado de alunos será uma tarefa tecnicamente complexa e politicamente conflitiva.

⁴ UNESCO, *World education report*, Paris, UNESCO, 1995.

⁵ INEP, *Evolução da educação básica no Brasil*, Brasília, MEC/INEP, 1997.

Pelo caráter que assumiu na história educacional de quase todos os países, a educação média é particularmente vulnerável à desigualdade social. Enquanto a finalidade do ensino fundamental nunca está em questão, no ensino médio se dá uma disputa permanente entre orientações mais profissionalizantes ou mais acadêmicas, entre objetivos humanistas e econômicos. Essa tensão de finalidades expressa-se em privilégios e exclusões quando, como ocorre no caso brasileiro, a origem social é o fator mais forte na determinação de quais têm acesso à educação

É, portanto, do ensino médio que tradicionalmente se cobrou uma definição sobre o destino social dos alunos. E nunca é demais lembrar que os concluintes da escola obrigatória ainda constituem uma minoria selecionada de sobreviventes do ensino fundamental. Com a melhoria deste último, espera-se que a maioria consiga cumprir as oito séries da escola obrigatória. A universalização do ensino médio, além de mandamento legal, será assim uma demanda social concreta. É tempo de pensar

Já na antevéspera do ano 2000 após sofrida trajetória que, certamente, inclui mais de uma repetência e períodos intermitentes fora da escola – os filhos das famílias mais pobres deste país estão finalmente a escola, indo para além dos quatro primeiros anos iniciais, mesmo nos Estados mais atrasados, e já batendo nas portas do ensino secundário nos Estados do sul. Não temos mais o direito de repetir erros agora, quando estamos repensando a educação deste país e nos preparando para a árdua luta da competição internacional.

criar todo tipo de incentivo e retirar todo tipo de obstáculo para que os jovens permaneçam no sistema escolar.

adolescente de hoje não podem mais ser pensadas fora das relações mais ou menos tensas com o mundo do trabalho, fora de sua condição de grande consumidor potencial de bens e serviços em uma sociedade de massas, onde a escolarização não se limita mais aos jovens e o trabalho não é só de adultos, ou fora de suas relações de autonomia ou dependência para com a ordem jurídica e política⁶.

Apesar da falta de vagas e de quadros docentes, mesmo diante da precariedade do financiamento, o momento é propício para pensar na escola dessa juventude que vai chegar às portas do ensino médio.

A nação anseia por superar privilégios, entre eles os educacionais, a economia demanda recursos humanos mais qualificados. Esta é uma oportunidade histórica para mobilizar recursos, inventividade e compromisso na criação de formas de organização institucional, curricular e pedagógica que superem o status de privilégio que o ensino médio ainda tem no Brasil, para atender, com qualidade, clientela de origens, destinos sociais e aspirações muito diferenciadas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está repleta de aberturas institucionais e pedagógicas para organizar uma nova escola média. Nova porque deverá estar adequada não exclusivamente aos que vão fazer vestibular Mas

⁶ A.M. Bercovich, F.R. Madeira e H.G. Torres, op. cit., p. _____. (Grifo nosso)

também para a grande maioria que precisará ingressar no mercado de trabalho como destino final ou como etapa para garantir a sustentação financeira da continuidade de estudos.

O mundo do trabalho e da convivência que esses jovens vão enfrentar é hoje muito diferente de há 10 anos passados. A facilidade de acessar, selecionar e processar informações está permitindo descobrir novas fronteiras do conhecimento, nas quais este se revela cada vez mais integrado. Integradas são também as competências e habilidades requeridas por uma organização d criatividade, autonomia e capacidade de solucionar problemas serão cada vez mais importantes, comparadas à repetição de tarefas rotineiras.

Mais do que nunca, há um forte anseio de inclusão e de integração sociais a de fragmentação e segmentação. Essa mudança de paradigmas – no conhecimento, na produção e no exercício da cidadania colocou em questão a dualidade, mais ou menos rígida dependendo do país, que presidiu a oferta de educação pós obrigatória.

A dualidade tradicional da escola média entre profissionalização ou prosseguimento de estudos vai ter que ser superada. Como diz Azevedo está se enunciando a oportunidade *de aproximar ambas as finalidades, numa nova tensão, esta agora mais potenciadora do desenvolvimento humano: [...] não é tanto o ensino técnico e a formação profissional que carecem de reformas mais ou menos desespecializadoras e unificadoras, é também o ensino geral que precisa de profunda revisão, ou seja, todas as vias e modalidades de ensino, desde as mais profissionais até às mais “liberais” para usar o termo inglês, são chamadas a contribuir de outro modo para um desenvolvimento mais equilibrado da personalidade dos indivíduos*⁷.

Desatrelar o ensino médio das demandas puramente econômicas de formação de mão de obra (profissionalização), não é torná-lo academicista e desinteressado do mercado (propedêutico). Trata-se de fato de repensar o papel desse nível de ensino na perspectiva de um humanismo mais contemporâneo, ar dos efeitos negativos do pós industrialismo e ao mesmo tempo preparando o jovem para assumir um papel produtivo em contextos sociais marcados pela competitividade.

O desafio curricular que isso representa pode ser resumido nos seguintes pontos:

- desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências de tipo geral, que são pré-requisito tanto para a inserção profissional mais precoce quanto para a continuidade de estudos, entre as quais se destaca a capacidade de continuar aprendendo;

⁷ Idem, ibidem.

- (re)significar os conteúdos curriculares como meios para constituição de competências e valores, e não como objetivos do ensino em si mesmos;
- trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação mas como constituidoras de significados, conhecimentos e valores;
- adotar estratégias de ensino diversificadas, que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores;
- priorizar a interação entre aluno-professor e aluno-aluno para a permanente negociação dos significados dos conteúdos curriculares, de forma a propiciar formas coletivas de construção do conhecimento;
- estimular todos os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou “reinventar” o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, entre eles a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em
- organizar os conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;
- tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual;
- lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

Entre os muitos recursos que serão necessários para tornar realidade esse novo ensino médio destaca-se a formação de recursos humanos. É preciso mobilizar todos os esforços para aprimorar nossos professores. Mas é ainda mais importante repensar a política de recursos humanos para o ensino, especialmente o
erspectivas mais amplas que a puramente formal e cartorial para buscar junto à sociedade a colaboração que ela pode dar para o enriquecimento das

Um país como o Brasil não pode dar-se ao luxo de isolar das escolas os talentos existentes nas empresas estatais e privadas, nas organizações não governamentais, nas outras instâncias do governo. Os talentos e especialidades que foram desenvolvidas em todos esses espaços institucionais, deveriam ser canalizados para o sistema de ensino, seja para trabalhar diretamente com os alunos seja para abrir novas oportunidades de capacitação para os professores. Para que isso aconteça é muito importante que as escolas sejam permeáveis aos recursos existentes no seu entorno social. E que a sociedade esteja sensibilizada e predisposta a criar essas oportunidades.

É muito difícil traçar antecipadamente as muitas formas de articulação que podem surgir dessa maior aproximação da sociedade com suas atividades privadas, num país com as dimensões e a diversidade do Brasil. Iniciativas como este Seminário Brasil 500 anos da Rede Globo constituem, nesse sentido, uma excelente oportunidade para: (a) levantar o problema e as algumas alternativas de ação; (b) divulgar essas alternativas para estimular que o governo e as outras instituições sociais criem, de acordo com as características locais, mecanismos que tornem possível que o conhecimento e o talento existente nos mais diversos espaços sociais possam contribuir para melhorar o trabalho escolar.

Essa interação das escolas com o meio social não pretende nem deve substituir os professores e sua formação regular. Ao contrário, seu objetivo tem de ser oferecer tanto aos professores quanto aos alunos conhecimentos sobre os processos de produção de bens, serviços e conhecimentos. Isso poderá dar aos jovens do ensino médio oportunidades de educação de prática que ao mesmo tempo forme as competências cognitivas gerais necessárias à sobrevivência social e profissional na sociedade da informação.

Esses processos de produção estão instalados nas indústrias, nos hospitais, nos conglomerados de comunicação, na miríade de empresas que prestam serviços, nos empreendimentos agrícolas, nas agências governamentais, enfim nas mais diversas instituições e práticas pelas quais se realizam as relações entre os agentes econômicos e sociais. Tornar os profissionais dessas instituições – e os conhecimentos que eles detêm – disponíveis para o ensino dos jovens, pode ter um impacto significativo sobre a qualidade do ensino. Sobretudo para aqueles que precisam aprender mais, muito mais, do que a responder os testes dos exames vestibulares.